



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006691-25.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **Maria Magdalena de Oliveira**
Requerido: **Sky Brasil Serviço Ltda.sky Brasil Serviços Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou que celebrou contrato de prestação de serviços com a ré, mas em seguida desistiu da contratação pois não teria condições financeiras para adimplir o contrato e então entrou em contato com a mesma com o fito de rescindi-lo.

Alegou ainda que nessa oportunidade aceitou proposta para alteração do tipo de receptor o qual teria um preço menor, mas embora tenha aceitado num primeiro momento, constatou posteriormente que tal receptor não lhe

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

serviria para assistir aos canais de costume.

Salientou então que requereu a rescisão do contrato, mas isso não teve vez porque a ré só o faz mediante o pagamento de multa contratual, o que não concorda a autora.

A ré em contestação limitou-se a refutar o que foi expendido pela autora, além de realçar que não incorreu em falha na prestação dos serviços a seu cargo.

Diante dessa divergência, a ré foi instada a amealhar cópias das gravações dos contatos mantidos com a autora (fl. 60), mas não o fez.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à convicção de que o cancelamento do contrato firmado entre as partes é de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e a inexigibilidade de qualquer débito dele derivado em face do autora.

Torno definitiva a decisão de fls. 4/5, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 15 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**